



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/01/2012

O Presidente da Comissão Especial do Concurso Público, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 17/1993 e a Resolução Legislativa nº 14/2003, e suas alterações, e demais disposições atinentes à matéria, TORNA PÚBLICO a realização do **CONCURSO PÚBLICO**, sob o regime estatutário, para provimento de vagas do seu quadro de pessoal.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Concurso Público a que se refere o presente Edital será executado pela Fundação de Apoio à FAFIPA, com sede na Av. Gabriel Esperidião, s/n, Parque Morumbi, CEP 87.703-000, Paranavaí/PR, endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso e correio eletrônico candidato@fafipa.org.
- 1.2 A seleção para os cargos de que trata este Edital compreenderá exames para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva, de caráter classificatório e eliminatório, e prova de títulos de caráter classificatório para todos os cargos.
- 1.3 Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização da prova objetiva. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital.
- 1.4 Os candidatos aprovados serão convocados por meio de Edital divulgado no endereço eletrônico da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, www.camarafoz.pr.gov.br, e no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu.

2. DOS CARGOS, VAGAS E OUTROS DADOS

- 2.1 O código do cargo, os cargos, as vagas ampla concorrência, as vagas para portadores de deficiências, a carga horária semanal, a remuneração inicial bruta, a escolaridade e o valor da taxa de inscrição são os estabelecidos a seguir:

TABELA 2.1

Código do Cargo	Cargo	Vagas Ampla Concorrência	Vagas Portador de Deficiência	Carga Horária Semanal	Remuneração Inicial Bruta	Escolaridade ⁽¹⁾	Taxa de Inscrição
201	AGENTE ADMINISTRATIVO I	04	01	40 H	R\$ 1.875,89	Ensino Médio Completo	R\$ 50,00
202	RECEPCIONISTA I	02	-	40 H	R\$ 1.204,05		
301	AUXILIAR DE CONTABILIDADE I	01	-	40 H	R\$ 1.875,89		
302	TÉCNICO EM INFORMÁTICA I	01	-	40 H	R\$ 1.395,83	Ensino Médio Completo e Curso Técnico	R\$ 90,00
303	TÉCNICO OPERACIONAL I	01	-	40 H	R\$ 1.395,83		
401	ANALISTA LEGISLATIVO I	03	-	40 H	R\$ 3.853,03	Ensino Superior Completo	R\$ 90,00
402	COMUNICADOR SOCIAL I	01	-	30 H	R\$ 2.473,10		
403	CONSULTOR TÉCNICO LEGISLATIVO I	03	-	40 H	R\$ 4.466,69		

⁽¹⁾ Ver requisitos no Anexo I deste Edital.

- 2.2 A seleção destina-se ao provimento de vagas existentes no quadro de servidores da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, de acordo com a Tabela 2.1 e, ainda, as que surgirem no decorrer do prazo de validade do Concurso Público, que será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogável por igual período, a contar da data de homologação do certame, a critério da administração da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.
- 2.3 A convocação para as vagas informadas na Tabela 2.1 deste Edital será feita de acordo com as necessidades e a conveniência da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.
- 2.4 Os requisitos para investidura no cargo e suas atribuições estão relacionados no **Anexo I** deste Edital.
- 2.5 O conteúdo programático da prova objetiva encontra-se no **Anexo II** deste Edital.
- 2.6 Será admitida a impugnação deste Edital, desde que devidamente fundamentada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua publicação, a qual deverá ser protocolizada junto a Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, no setor de Protocolo, localizado na Travessa Oscar Muxfeldt, 81 - Centro, Foz do Iguaçu/PR, aos cuidados da Comissão Especial do Concurso Público.

3. DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

- 3.1 Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, exceto para os candidatos amparados pela Lei Municipal nº 3.580, de 11 de setembro de 2009 (Doadores de Sangue).
- 3.2 Para ter direito a isenção o candidato deverá ter realizado, no mínimo, doação 2 (duas) vezes ao ano, durante o período de 2 (dois) anos imediatamente anteriores ao concurso, conforme determina o parágrafo único do art. 1º da Lei Municipal nº 3.580, de 11 de setembro de 2009 (Doadores de Sangue).
- 3.3 Considera-se, para se obter a isenção da taxa de inscrição, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou Município.
- 3.4 A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser anexado ao Requerimento de Solicitação de Isenção.
- 3.5 O interessado em obter a isenção da taxa de inscrição deverá:
- a) preencher e imprimir o Formulário de Solicitação de Isenção, disponível no endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso, no período de **08h do dia 26/01/2012 às 23h59min do dia 30/01/2012**, observado o horário oficial de Brasília – DF.
- b) assinar o Requerimento de Solicitação de Isenção e enviar no período de **26/01/2012 até 31/01/2012, via serviço de Sedex com AR (Aviso de Recebimento)**, junto com os documentos comprobatórios elencados de acordo com o que estabelece o subitem 3.4 deste Edital, conforme abaixo:

DESTINATÁRIO: Fundação de Apoio à FAFIPA

Caixa Postal 90

Paranavaí – PR

CEP 87.701 - 970

Concurso Público da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu
(DOADOR DE SANGUE)

NOME DO CANDIDATO: XXXXXX XXXXXXXXXXXXXXX

CARGO: XXXXXXXXXXXXX

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: XXXXXXXX

- 3.6 A Fundação de Apoio a FAFIPA irá analisar e julgar os pedidos de isenção.
- 3.7 As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do concurso e exoneração do cargo.
- 3.8 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:
- a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- b) fraudar e/ou falsificar documentação;
- c) não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 3.5 e seus subitens deste edital.
- 3.9 Não serão aceitas solicitações de isenção de pagamento de valor de taxa de inscrição via fax ou via correio eletrônico.
- 3.10 O candidato poderá requerer a isenção da taxa de inscrição apenas para uma única inscrição.

- 3.11 Caso o candidato solicite mais de uma isenção da taxa de inscrição, será analisada apenas a solicitação referente a inscrição mais recente.
- 3.12 A relação dos pedidos de isenção deferidos será divulgada até o dia **07/02/2012** no endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso.
- 3.13 O candidato que tiver a solicitação de isenção da taxa de inscrição indeferida poderá impetrar recurso através do endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso, no período das **08h do dia 08/02/2012 às 23h59min do dia 09/02/2012** através do link – Recurso contra o Indeferimento da Isenção da Taxa de Inscrição.
- 3.14 Se após a análise do recurso, permanecer a decisão de indeferimento da isenção da taxa, o candidato poderá acessar o endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso, até às **23h59min do dia 14/02/2012**, realizar uma nova inscrição, gerar o boleto bancário e efetuar o pagamento até o seu vencimento para participar do certame.
- 3.14.1 a inscrição só será confirmada após a quitação do boleto bancário.
- 3.14.2 o interessado que não tiver seu requerimento de isenção deferido e que não realizar uma nova inscrição na forma e no prazo estabelecidos neste Edital estará automaticamente excluído do certame.
- 3.14.3 os candidatos que tiverem as solicitações de isenção deferidas já são considerados devidamente inscritos no Concurso Público e poderão consultar a situação da sua inscrição no endereço eletrônico da Fundação de Apoio a FAFIPA a partir do dia **10/02/2012**.

4. DAS INSCRIÇÕES

- 4.1 A inscrição no Concurso Público implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.
- 4.2 As inscrições para o Concurso Público da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu serão realizadas via internet.
- 4.3 **Das inscrições via internet:**
- 4.3.1 período: das **08h do dia 26/01/2012 às 23h59 do dia 14/02/2012**, observado o horário oficial de Brasília – DF no endereço eletrônico: www.fafipa.org/concurso.
- 4.3.2 o candidato deverá preencher o Formulário de Solicitação de Inscrição, no qual declarará estar ciente das condições exigidas para admissão ao cargo e se submeter às normas expressas neste Edital.
- 4.3.3 após o preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição o candidato deverá imprimir o documento correspondente ao pagamento da taxa de inscrição.
- 4.4 O pagamento da taxa de inscrição poderá ser efetuado em toda rede bancária até a data de seu vencimento. Caso o candidato não efetue o pagamento do boleto bancário até a data do vencimento, o mesmo deverá acessar o endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso, imprimir a segunda via do boleto bancário e realizar o pagamento até o dia **15/02/2012**.
- 4.5 A Fundação de Apoio à FAFIPA, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior a **15 de fevereiro de 2012**.

- 4.6 As solicitações de inscrições realizadas com pagamento após esta data não serão acatadas.
- 4.7 O candidato terá sua inscrição deferida somente após o recebimento, pela Fundação de Apoio à FAFIPA, através do banco, da confirmação do pagamento da taxa de inscrição, no valor estipulado na Tabela 2.1.

5. DA INSCRIÇÃO PARA OS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

- 5.1 Aos portadores de deficiências, nos termos do § 1º, Art. 37º do Decreto 3.298/99, amparado pelo inciso VIII, Art. 37º da Constituição Federal, e das Leis Estaduais nº 13.456/02 e 15.139/06 e Lei Complementar Municipal n 17/93, serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas elencadas na Tabela 2.1 deste Edital, durante o processo de validade do Concurso Público, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência. O percentual de vagas reservadas para os candidatos portadores de deficiência não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) das vagas disponíveis de cada cargo, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal nº MS 26310/DF.
- 5.2 A pessoa portadora de deficiência, participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, a avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação da prova objetiva e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
- 5.2.1 são consideradas pessoas com deficiência, de acordo com o Artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, nos termos da Lei, as que se enquadram nas categorias de I a V a seguir; e as contempladas pelo enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça: "O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em Seleção Competitiva Pública, às vagas reservadas aos deficientes":
- I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);
- II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);
- III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições

anteriores (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- comunicação;
- cuidado pessoal;
- habilidades sociais;
- utilização dos recursos da comunidade (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);
- saúde e segurança;
- habilidades acadêmicas;
- lazer e
- trabalho;

V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

- 5.3 O candidato que, no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência, se aprovado no Concurso Público, terá seu nome divulgado na lista geral dos aprovados e na lista dos candidatos aprovados na condição de portador de deficiência.
- 5.4 Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas aos portadores de deficiências, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem de classificação.
- 5.5 Para concorrer como portador de deficiência, o candidato deverá:
- 5.5.1 no Formulário de Solicitação de Inscrição declarar se pretende participar do concurso como portador de deficiência e preencher o tipo de deficiência;
- 5.5.2 enviar o laudo médico, original ou cópia autenticada, via SEDEX com AR (Aviso de Recebimento) até o dia **15/02/2012** em envelope fechado endereçado a Fundação de Apoio à FAFIPA com as informações abaixo:

DESTINATÁRIO: Fundação de Apoio à FAFIPA

Caixa Postal 90

Paranavaí – PR

CEP 87.701 - 970

**Concurso Público da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu
(LAUDO MÉDICO)**

NOME DO CANDIDATO: XXXXXX XXXXXXXXXXXXX

CARGO: XXXXXXXXXXXXX

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: XXXXXXXX

- 5.6 O candidato portador de deficiência, que no ato da inscrição não declarar essa condição e/ou não enviar o laudo médico, não poderá interpor recurso em favor de sua situação. O laudo médico deverá ser original ou cópia autenticada, estar redigido em letra legível, dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença – CID, bem como o enquadramento previsto no Art. 4º do Decreto Federal nº 3298/99, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296/2004. Só serão considerados os laudos médicos emitidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da realização da inscrição.
- 5.7 Caso a deficiência não esteja de acordo com os termos da Organização Mundial da Saúde, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, a opção de concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiências será desconsiderada, passando, então, o candidato à ampla concorrência.

- 5.8 Caso não encaminhe o laudo médico no prazo estabelecido no subitem 5.5.2, o candidato será considerado como não-portador de deficiência, sem direito à reserva de vaga, passando à ampla concorrência.
- 5.9 Não haverá devolução do laudo médico, tanto original quanto cópia autenticada, e não serão fornecidas cópias dos mesmos.
- 5.10 **Os candidatos não qualificados como pessoas com deficiências serão excluídos da listagem de vaga própria, permanecendo apenas na listagem de classificação geral, caso não tenham sido eliminados do Concurso Público.**
- 5.11 **Das necessidades especiais:**
- 5.11.1 o candidato, portador de deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial durante a realização da prova objetiva poderá solicitar este atendimento, conforme previsto no Artigo 40, parágrafos 1º e 2º do Decreto Federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, no ato da inscrição, indicando claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição via internet quais os recursos especiais necessários. As condições específicas disponíveis para realização da prova objetiva são: prova em braile, prova ampliada (fonte 24), fiscal leitor, intérprete de libras, acesso à cadeira de rodas e/ou tempo adicional (somente para os candidatos portadores de deficiência) para realização da prova objetiva, de até 1 (uma) hora. O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização da prova objetiva deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no subitem 5.5.2 deste Edital.
- 5.11.2 o candidato que solicitar atendimento especial, portador de deficiência ou não, deverá enviar o laudo médico, original ou cópia autenticada, via SEDEX com AR (Aviso de Recebimento) até o dia **15/02/2012** em envelope fechado endereçado à Fundação de Apoio à FAFIPA com as informações abaixo:
- 5.11.3 a candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova objetiva poderá solicitar este atendimento indicando claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição via internet a opção lactante, e deverá enviar certidão de nascimento do lactente, cópia simples, via SEDEX com AR (Aviso de Recebimento) até o dia **15/02/2012** em envelope fechado endereçado à Fundação de Apoio à FAFIPA com as informações abaixo:
- 5.11.4 a candidata que necessitar amamentar deverá ainda levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e será responsável pela guarda do lactente.
- 5.11.5 ao acompanhante não será permitido a utilização de agendas eletrônicas, telefones celulares, gravador ou quaisquer outros equipamentos eletrônicos ou de comunicação durante a realização do certame.
- 5.11.6 a candidata que necessitar amamentar, mas estiver sem acompanhante, será impedida de realizar a prova objetiva.
- 5.11.7 não será concedido tempo adicional para a candidata que necessitar amamentar, a título de compensação, durante o período de realização da prova objetiva.
- 5.11.8 nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se, temporariamente, da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.
- 5.11.9 na sala reservada para amamentação, ficarão somente a candidata lactante, o lactente e uma fiscal, sendo vedada a permanência de quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.
- 5.11.10 o envio desta solicitação não garante ao candidato o atendimento especial. O pedido será deferido ou indeferido pela Fundação de Apoio à FAFIPA, após criteriosa análise da solicitação.
- 5.11.11 a solicitação de atendimento especial será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 5.11.12 o deferimento ou indeferimento das solicitações especiais estará disponível aos candidatos nos endereços eletrônicos www.fafipa.org/concurso e www.camarafoz.pr.gov.br a partir da data de **27/02/2012**.
- 5.11.13 o laudo médico deverá ser original ou cópia autenticada, estar redigido em letra legível, dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador, se permanente ou temporária, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença – CID, e a sua provável causa ou origem, justificando o atendimento especial solicitado.
- 5.11.14 o envio da documentação incompleta, fora do prazo acima definido ou por outra via diferente do SEDEX com AR (Aviso de Recebimento), causará o indeferimento do seu pedido de atendimento especial e fará com que sua solicitação seja indeferida.
- 5.11.15 não haverá devolução da cópia da certidão de nascimento, e não será fornecida cópia da mesma.
- 5.11.16 a Fundação de Apoio à FAFIPA não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.
- 5.11.17 o candidato poderá impetrar recurso contra o indeferimento de seu atendimento especial na forma do item 15.
- 5.11.18 a Fundação de Apoio à FAFIPA não receberá qualquer documento entregue pessoalmente em sua sede.

DESTINATÁRIO: Fundação de Apoio à FAFIPA
Caixa Postal 90
Paranavaí – PR
CEP 87.701 - 970

Concurso Público da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu
(CONDIÇÃO ESPECIAL)
NOME DO CANDIDATO: XXXXXX XXXXXXXXXXXXX
CARGO: XXXXXXXXXXXXX
NÚMERO DE INSCRIÇÃO: XXXXXXXX

DESTINATÁRIO: Fundação de Apoio à FAFIPA
Caixa Postal 90
Paranavaí – PR
CEP 87.701 - 970

Concurso Público da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu
(LACTANTE)
NOME DO CANDIDATO: XXXXXX XXXXXXXXXXXXX
CARGO: XXXXXXXXXXXXX
NÚMERO DE INSCRIÇÃO: XXXXXXXX

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA INSCRIÇÃO

- 6.1 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, a não ser por anulação plena deste Concurso Público.
- 6.2 Não será aceito, em hipótese alguma, pedido de transferência do valor pago a título da taxa de inscrição a terceiros.
- 6.3 Declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Requerimento de Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição e no Formulário de Solicitação de Inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 6.4 **É de exclusiva responsabilidade do candidato a exatidão dos dados cadastrais informados no ato da inscrição.**
- 6.5 Não serão aceitas inscrições efetuadas por fax, por via postal ou pelos correios, bem como as pagas em cheque que venha a ser devolvido por qualquer motivo, nem as pagas em depósito ou transferência bancária e, nem tampouco, as de programação de pagamento.
- 6.6 São considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores, cédulas de identidade fornecidas por ordens e conselhos de classe, que, por lei federal, valem como documento de identidade, a Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de

Habilitação com foto, nos termos da Lei nº 9.503 art. 159, de 23/9/97.

- 6.7 A falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, verificada em qualquer etapa do presente Concurso Público, implicará na eliminação automática do candidato sem prejuízo das cominações legais.

7. DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

- 7.1 O edital de deferimento das inscrições será divulgado nos endereços eletrônicos www.fafipa.org/concurso e www.camarafoz.pr.gov.br na data provável de **27/02/2012**.
- 7.2 Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá pedido de recurso, sem efeito suspensivo, conforme o disposto no item 15 deste Edital.
- 7.3 No edital de homologação das inscrições, constará a listagem dos candidatos às vagas para ampla concorrência, às vagas para portadores de deficiência e dos candidatos solicitantes de condições especiais para a realização da prova objetiva.
- 7.4 O comprovante de inscrição ou o comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização da prova objetiva.
- 7.5 **O candidato que efetivar mais de uma inscrição, terá confirmada apenas a última, sendo as demais canceladas.**

8. DAS FASES DO CONCURSO PÚBLICO

- 8.1 O Concurso Público constará das seguintes provas e fases:

TABELA 8.1

NÍVEL MÉDIO								
CARGO	FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	PONTUAÇÃO MÍNIMA	VALOR TOTAL (PONTOS)	CARÁTER
AGENTE ADMINISTRATIVO I	1ª	Objetiva	Língua Portuguesa	20	1,00	10,00	20,00	Eliminatório e Classificatório
			Matemática	10	1,00	5,00	10,00	
			Informática	10	1,00	5,00	10,00	
			Conhecimentos Específicos	40	1,50	30,00	60,00	
	TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS				80	-----	-----	100,00
2ª	Títulos	De acordo com a Tabela 11.2	-----	-----	-----	10,00	Classificatório	
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS				-----	-----	-----	110,00	-----
RECEPCIONISTA I	1ª	Objetiva	Língua Portuguesa	20	1,00	10,00	20,00	Eliminatório e Classificatório
			Informática	10	1,00	5,00	10,00	
			Conhecimentos Gerais	10	1,00	5,00	10,00	
			Conhecimentos Específicos	40	1,50	30,00	60,00	
	TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS				80	-----	-----	100,00
2ª	Títulos	De acordo com a Tabela 11.2	-----	-----	-----	10,00	Classificatório	
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS				-----	-----	-----	110,00	-----

TABELA 8.2

NÍVEL TÉCNICO								
CARGO	FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	PONTUAÇÃO MÍNIMA	VALOR TOTAL (PONTOS)	CARÁTER
AUXILIAR DE CONTABILIDADE I	1ª	Objetiva	Língua Portuguesa	10	1,00	5,00	10,00	Eliminatório e Classificatório
			Matemática	10	1,00	5,00	10,00	
			Informática	10	1,00	5,00	10,00	
			Legislação	10	1,00	5,00	10,00	
			Conhecimentos Específicos	40	1,50	30,00	60,00	
	TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS				80	-----	-----	100,00
2ª	Títulos	De acordo com a Tabela 11.2	-----	-----	-----	10,00	Classificatório	
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS				-----	-----	-----	110,00	-----
TÉCNICO EM INFORMÁTICA I	1ª	Objetiva	Língua Portuguesa	10	1,00	5,00	10,00	Eliminatório e Classificatório
			Matemática	10	1,00	5,00	10,00	
			Legislação	10	1,00	5,00	10,00	
			Conhecimentos Gerais	10	1,00	5,00	10,00	
			Conhecimentos Específicos	40	1,50	30,00	60,00	
	TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS				80	-----	-----	100,00
2ª	Títulos	De acordo com a Tabela 11.2	-----	-----	-----	10,00	Classificatório	
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS				-----	-----	-----	110,00	-----
TÉCNICO OPERACIONAL I	1ª	Objetiva	Língua Portuguesa	10	1,00	5,00	10,00	Eliminatório e Classificatório
			Informática	10	1,00	5,00	10,00	
			Legislação	10	1,00	5,00	10,00	
			Conhecimentos Gerais	10	1,00	5,00	10,00	
			Conhecimentos Específicos	40	1,50	30,00	60,00	
	TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS				80	-----	-----	100,00
2ª	Títulos	De acordo com a Tabela 11.2	-----	-----	-----	10,00	Classificatório	
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS				-----	-----	-----	110,00	-----

TABELA 8.3

NÍVEL SUPERIOR									
CARGO	FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	PONTUAÇÃO MÍNIMA	VALOR TOTAL (PONTOS)	CARÁTER	
ANALISTA LEGISLATIVO I E CONSULTOR TÉCNICO LEGISLATIVO I.	1ª	Objetiva	Língua Portuguesa	20	1,00	10,00	20,00	Eliminatório e Classificatório	
			Informática	10	1,00	5,00	10,00		
			Conhecimentos Gerais	10	1,00	5,00	10,00		
			Conhecimentos Específicos	40	1,50	30,00	60,00		
			TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS				80		-----
	2ª	Títulos	De acordo com a Tabela 11.3	-----	-----	-----	10,00	Classificatório	
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS				-----	-----	-----	110,00	-----	
COMUNICADOR SOCIAL I	1ª	Objetiva	Língua Portuguesa	20	1,00	10,00	20,00	Eliminatório e Classificatório	
			Legislação	10	1,00	5,00	10,00		
			Conhecimentos Gerais	10	1,00	5,00	10,00		
			Conhecimentos Específicos	40	1,50	30,00	60,00		
			TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS				80		-----
	2ª	Títulos	De acordo com a Tabela 11.3	-----	-----	-----	10,00	Classificatório	
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS				-----	-----	-----	110,00	-----	

9. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

9.1 A prova objetiva será aplicada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, podendo ser

aplicada também em cidades vizinhas, caso o número de inscritos exceda a capacidade de alocação do município.

9.1.1 A prova objetiva será aplicada na data provável de 11/03/2012, em horário e local a ser informado

- através de edital disponibilizado no endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso.
- 9.2 O candidato deverá comparecer **com antecedência mínima de 1h (uma hora)** do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local da prova objetiva, considerado o horário oficial de Brasília – DF, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação e o **CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO**, impresso pelo endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso.
- 9.3 O **CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO** com o local e horário da prova deverá ser emitido no endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso, **a partir de 05/03/2012**.
- 9.4 Em hipótese alguma será permitido ao candidato:
- 9.4.1 prestar a prova objetiva sem que esteja portando um documento oficial de identificação original que contenha, no mínimo, foto, filiação e assinatura.
- 9.4.2 realizar a prova objetiva sem que sua inscrição esteja previamente confirmada.
- 9.4.3 ingressar no local de prova, após o fechamento do portão de acesso.
- 9.4.4 realizar a prova fora do horário ou espaço físico pré-determinados.
- 9.5 Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova, durante a realização da prova objetiva, salvo o previsto no subitem 5.11.4 deste Edital.
- 9.6 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação especial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 9.7 Não haverá segunda chamada para as provas, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do Concurso Público.
- 9.8 O horário de início das provas será o mesmo, ainda que realizadas em diferentes locais.
- 9.9 Após a abertura do pacote de provas, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura.
- 9.10 Após identificado e ensalado, o candidato somente poderá ausentar-se da sala **60 (sessenta) minutos após o início das provas**, acompanhado de um Fiscal.
- 9.11 **Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.**
- 9.12 **Será eliminado do Concurso Público o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido utilizando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.**
- 9.13 A Fundação de Apoio à FAFIPA recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados nos subitens 9.11 e 9.12 no dia de realização das provas. Caso seja necessário o candidato portar algum desses objetos, estes deverão ser obrigatoriamente acondicionados em envelopes de guarda de pertences fornecidos pela Fundação de Apoio à FAFIPA. Aconselha-se que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo assim que nenhum som será emitido, inclusive do despertador caso esteja ativado.
- 9.14 A Fundação de Apoio à FAFIPA poderá, a seu critério, coletar impressões digitais dos candidatos bem como utilizar detectores de metais.
- 9.15 A Fundação de Apoio à FAFIPA não ficará responsável pela guarda de quaisquer dos objetos supracitados.
- 9.16 A Fundação de Apoio à FAFIPA não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, nem por danos neles causados.
- 9.17 Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de provas portando armas. O candidato que estiver armado será encaminhado à Coordenação.
- 9.18 **Será, também, eliminado e desclassificado do Concurso Público o candidato que incorrer nas seguintes situações:**
- 9.18.1 for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
- 9.18.2 faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
- 9.18.3 fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de pré-inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- 9.18.4 recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- 9.18.5 afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- 9.18.6 ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou as folhas de textos definitivos;
- 9.18.7 descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de respostas ou nas folhas de textos definitivos;
- 9.18.8 perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- 9.18.9 utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso público;
- 9.18.10 não permitir a coleta de sua assinatura;
- 9.18.11 for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;
- 9.18.12 for surpreendido portando qualquer tipo de arma e/ou se negar a entregar a arma à Coordenação;
- 9.18.13 recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
- 9.18.14 **caso qualquer equipamento eletrônico venha a emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences, durante a realização das provas.**
- 9.19 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.
- 9.20 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso público, sem prejuízo das sanções penais e cíveis cabíveis.

- 9.21 O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas implicará a eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.
- 9.22 **Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Resposta, por erro do candidato.**
- 9.23 A prova objetiva terá a duração de **05 (cinco) horas**, incluído o tempo de marcação na Folha de Respostas.
- 9.24 O candidato somente poderá deixar o local da prova objetiva após decorridos, no mínimo, **60 (sessenta) minutos** do seu início, porém não poderá levar consigo o caderno de questões.
- 9.25 Ao terminar a prova objetiva, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala sua Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada.
- 9.26 **O candidato poderá levar consigo o caderno de questões, desde que permaneça na sala até o final do período estabelecido no subitem 9.23, devendo, obrigatoriamente, devolver ao fiscal da sala a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada.**
- 9.27 Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala juntos, após entregarem suas folhas de respostas e assinarem o termo de fechamento do envelope no qual serão acondicionadas as folhas de respostas da sala. Após o fechamento do envelope, o candidato que quiser levar consigo o caderno de questões deverá aguardar até o final do período estabelecido no subitem 9.23, sendo que os demais candidatos serão liberados para retirarem-se da sala.

10. DA PROVA OBJETIVA

- 10.1 Para todos os cargos a prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será distribuída e avaliada conforme as Tabelas do item 8 deste Edital.
- 10.2 Cada questão da prova objetiva terá 05 (cinco) alternativas, distribuídas e avaliadas conforme as Tabelas do item 8 deste Edital, sendo que cada questão terá apenas 01 (uma) alternativa correta, sendo atribuída pontuação 0 (zero) às questões objetivas com mais de uma opção assinalada, questões sem opção assinalada, com rasuras ou preenchidas a lápis.
- 10.3 O candidato deverá obter **50% (cinquenta por cento)** ou mais em cada área de conhecimento da prova objetiva estipulada nas Tabelas do item 8 deste Edital, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

11. DA AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS

- 11.1 A prova de títulos, de caráter classificatório, será realizada para os cargos de **NÍVEL MÉDIO, NÍVEL TÉCNICO** e **NÍVEL SUPERIOR**, e somente será avaliado os títulos do candidato que obter **50% (cinquenta por cento)** ou mais em cada área de conhecimento da prova objetiva estipulada nas Tabelas do item 8 deste Edital e estiver classificado em até **20 (vinte) vezes** o número de vagas ofertadas, conforme o estabelecido na Tabela 11.1.

Em caso de empate na última colocação, todos os candidatos serão convocados.

TABELA 11.1

CARGO	NÚMERO MÁXIMO DE CANDIDATOS CONVOCADOS PARA A PROVA DE TÍTULOS
Agente Administrativo I	100 candidatos
Recepcionista I	40 candidatos
Auxiliar de Contabilidade I	20 candidatos
Técnico em Informática I	20 candidatos
Técnico Operacional I	20 candidatos
Analista Legislativo I	60 candidatos
Comunicador Social I	20 candidatos
Consultor Técnico Legislativo I	60 candidatos

- 11.2 A data para preencher o **Formulário de Cadastro de Títulos** e o período que os títulos deverão ser enviados serão divulgados no Edital de convocação para realização da prova de títulos.
- 11.3 Os candidatos aprovados, interessados e convocados para participar da prova de títulos, deverão:
- preencher o **Formulário de Cadastro de Títulos** disponível no endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso no período a ser informado no Edital de convocação para a realização da prova de títulos;
 - após completado o preenchimento, imprimir duas vias do Comprovante de Cadastro dos Títulos e reter uma para si;
 - enviar uma das vias do Comprovante de Cadastro dos Títulos, juntamente com os documentos comprobatórios cadastrados via Sedex com AR (Aviso de Recebimento) para o endereço informado nas etiquetas geradas junto com o Comprovante de Cadastro dos Títulos, no período a ser informado no Edital de convocação para a realização da prova de títulos.

DESTINATÁRIO: Fundação de Apoio à FAFIPA

Caixa Postal 90

Paranavaí – PR

CEP 87.701 - 970

Concurso Público da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

(PROVA DE TÍTULOS)

NOME DO CANDIDATO: XXXXXX XXXXXXXXXXXXX

CARGO: XXXXXXXXXXXXX

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: XXXXXXXX

- 11.4 A titulação requerida deverá ser comprovada mediante Certificado ou Diploma de Conclusão de Curso, expedido por instituição oficial e reconhecido pelo MEC. **Os documentos deverão ser apresentados através de cópias autenticadas por cartório competente.**
- 11.5 Para os cargos de **NÍVEL MÉDIO** e **NÍVEL TÉCNICO** a prova de títulos será avaliada na escala de **0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos**, de acordo com a Tabela 11.2 deste Edital.
- 11.6 Para os cargos de **NÍVEL SUPERIOR** a prova de títulos será avaliada na escala de **0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos**, de acordo com a Tabela 11.3 deste Edital.
- 11.7 O certificado e/ou declaração de conclusão de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) **deverão estar acompanhados do respectivo histórico escolar**, conforme Resolução CNE nº 01,

TABELA 11.2 – NÍVEL MÉDIO E NÍVEL TÉCNICO

AVALIAÇÃO DE TÍTULOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO TÍTULO	FORMA DE COMPROVAÇÃO	MÁXIMO DE TÍTULOS	VALOR UNITÁRIO (PONTOS)	PONTUAÇÃO MÁXIMA
01	Título de Especialização em nível de pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas/aula.	Diploma, devidamente registrado e Histórico Escolar, nos termos da legislação vigente no período de realização do curso.	01	3,00	3,00
02	Título de graduação em qualquer área de conhecimento.	Certificado ou Diploma de curso de graduação em qualquer área de conhecimento, com exceção do título que será utilizado para o ingresso do cargo.	01	3,00	3,00
03	Aperfeiçoamento em área afim ao cargo a que concorre.	Certificado de participação em curso relacionado ao cargo, com duração mínima de 40H, emitido após janeiro/2006, com exceção do certificado utilizado para o ingresso no cargo.	04	1,00	4,00
TOTAL DA PROVA DE TÍTULOS					10,00

TABELA 11.3 – NÍVEL SUPERIOR

AVALIAÇÃO DE TÍTULOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO TÍTULO	FORMA DE COMPROVAÇÃO	MÁXIMO DE TÍTULOS	VALOR UNITÁRIO (PONTOS)	PONTUAÇÃO MÁXIMA
01	Título de Doutorado em nível de pós-graduação stricto sensu, na área a que concorre.	Diploma, devidamente registrado e Histórico Escolar, nos termos da legislação vigente no período de realização do curso.	01	4,00	4,00
02	Título de Mestrado em nível de pós-graduação stricto sensu, na área a que concorre.	Diploma, devidamente registrado e Histórico Escolar, nos termos da legislação vigente no período de realização do curso.	01	3,00	3,00
03	Título de Especialização em nível de pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas/aula, na área a que concorre.	Diploma, devidamente registrado e Histórico Escolar, nos termos da legislação vigente no período de realização do curso.	01	1,50	1,50
04	Título de graduação,	Certificado ou Diploma de curso	01	1,50	1,50

	de graduação, devidamente registrado e Histórico Escolar, podendo ser ou não compatível para o exercício do cargo a que concorre, com exceção do título que será utilizado para o ingresso do cargo.				
TOTAL DA PROVA DE TÍTULOS					10,00

11.8 Os documentos pertinentes à prova de títulos deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas.

11.9 **O candidato deverá apresentar, juntamente com os documentos pertinentes a prova de títulos, cópia autenticada do certificado ou diploma de conclusão do curso de graduação.**

11.10 Os documentos pertinentes à prova de títulos deverão ser organizados e encadernados na mesma ordem cadastrada pelo candidato no Formulário de Cadastro dos Títulos.

11.11 Uma via do Comprovante de Cadastro dos Títulos deverá estar na primeira página da encadernação.

11.11.1 não serão avaliados os documentos:

- entregues após o período, nem de forma diferente do estabelecido neste Edital;
- que não forem cadastrados no sistema;
- que não preencherem devidamente os requisitos exigidos para sua comprovação;
- cuja fotocópia esteja ilegível;
- cuja fotocópia não esteja autenticada;
- sem data de expedição;
- sem tradução juramentada, se expedido fora do país;
- desacompanhados do certificado ou diploma de conclusão do curso de graduação, nos termos do item 11.9;
- adquiridos antes da graduação exigida como requisito do cargo.

11.11.2 somente serão aceitos documentos apresentados em papel com timbre do órgão emissor e respectivos registros, e se deles constarem todos os dados necessários à identificação das instituições e dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.

11.11.3 na avaliação dos documentos, os títulos apresentados que excederem ao limite máximo de pontos estabelecidos nas Tabelas 11.2 e 11.3 deste item não serão considerados.

11.11.4 cada título será considerado uma única vez e para uma única situação. Dessa forma, o documento será avaliado para atender a um critério.

11.11.5 não serão aferidos quaisquer títulos diferentes dos estabelecidos nas Tabelas 11.2 e 11.3 deste item.

11.11.6 comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos documentos apresentados, o candidato terá anulada a respectiva pontuação atribuída, sem prejuízo das cominações legais cabíveis.

11.11.7 os diplomas de conclusão de cursos expedidos por instituições estrangeiras somente serão considerados se devidamente revalidados por instituição competente, na forma da legislação vigente.

- 11.11.8 os diplomas de pós-graduação em nível de especialização deverão conter a **carga horária cursada**.
- 11.12 Não será admitida, sob hipótese alguma, o pedido de inclusão de novos documentos.
- 11.13 É de exclusiva responsabilidade do candidato o envio dos documentos e a comprovação dos títulos.
- 11.14 As cópias, declarações e documentos apresentados não serão devolvidas em hipótese alguma.
- 11.15 Será atribuída pontuação 0 (zero) ao candidato que não entregar os documentos no prazo estabelecido e/ou enviá-los de forma não compatível com este Edital.
- 11.16 Não haverá segunda chamada para entrega de documentos pertinentes à prova de títulos.
- 11.17 Não serão avaliados os documentos pertinentes a prova de títulos entregues ou postados fora do prazo estipulado no Edital de convocação para a realização da prova de títulos.
- 11.18 A relação com a nota obtida na prova de títulos será publicada em edital, através do endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso.
- 11.19 Quanto ao resultado da prova de títulos, será aceito recurso no prazo de **02 (dois)** dias úteis, contados da data de publicação mencionada no item anterior, e na forma descrita no item 15 deste Edital

12. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR

- 12.1 O gabarito preliminar e os cadernos de questões da prova objetiva serão divulgados no mesmo dia da aplicação da prova objetiva, após as 21 (vinte e uma) horas, no endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso.
- 12.2 Quanto ao gabarito preliminar e os cadernos de questões divulgados caberá interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 15 deste Edital.

13. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

- 13.1 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente do total de pontos.
- 13.2 A Nota Final dos candidatos habilitados para todos os cargos de que trata este Edital será igual a soma da nota obtida na prova objetiva com a nota obtida na prova de títulos.
- 13.3 Na hipótese de igualdade da nota final e como critério de desempate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:
- a) tiver a maior idade, dentre os candidatos com idade superior a 60 (sessenta) anos até o último dia de inscrição, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003);
 - b) tiver a maior nota em Conhecimentos Específicos;
 - c) tiver a maior nota em Língua Portuguesa, quando houver;
 - d) tiver a maior nota em Matemática, quando houver;
 - e) tiver a maior nota em Informática, quando houver;
 - f) tiver a maior nota em Legislação, quando houver;
 - g) tiver a maior nota em Conhecimentos Gerais, quando houver;

- h) tiver a maior nota na prova de títulos;
- i) tiver a maior idade.

- 13.4 O resultado final do Concurso Público será publicado por meio de duas listagens, a saber:
- a) Lista por Cargo, contendo a classificação de todos os candidatos habilitados, inclusive os inscritos como portador de deficiência em ordem de classificação;
 - b) Lista por Cargo, contendo a classificação exclusiva dos candidatos habilitados, inscritos como portador de deficiência em ordem de classificação.

14. DA ELIMINAÇÃO

- 14.1 Será eliminado o candidato que:
- 14.1.1 não estiver presente na sala ou local de provas no horário determinado para o seu início;
 - 14.1.2 for surpreendido, durante a execução da prova objetiva, em comunicação com outro candidato, utilizando-se de material não autorizado, conforme os subitem 9.11 e 9.12, ou praticando qualquer modalidade de fraude;
 - 14.1.3 for surpreendido, durante a realização da prova objetiva, portando ou usando qualquer aparelho eletrônico nas dependências do local de prova, inclusive aparelhos celulares;
 - 14.1.4 não atingir a pontuação mínima para ser considerado classificado/aprovado, conforme subitem 10.3 deste Edital;
 - 14.1.5 se inserir nos demais casos de eliminação previstos neste Edital.

15. DOS RECURSOS

- 15.1 Caberá interposição de recursos, devidamente fundamentados, à Fundação de Apoio à FAFIPA no prazo de **02 (dois)** dias úteis da publicação das decisões objetos dos recursos, assim entendidos:
- 15.1.1 contra o indeferimento da inscrição nas seguintes condições: da isenção da taxa de inscrição, pagamento não confirmado, condição especial e inscrição como portador de deficiência;
 - 15.1.2 contra as questões da prova objetiva e do gabarito preliminar;
 - 15.1.3 contra o resultado da prova objetiva;
 - 15.1.4 contra o resultado da prova de títulos;
 - 15.1.5 contra a classificação final.
- 15.2 As datas e prazos para os recursos acima serão devidamente informadas no momento da divulgação do edital que antecede o evento.
- 15.3 Os recursos deverão ser protocolados em requerimento próprio disponível no endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso.
- 15.4 Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados com citação da bibliografia.
- 15.5 Os recursos interpostos fora do respectivo prazo não serão aceitos.
- 15.6 Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados não serão apreciados.
- 15.7 Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no subitem 15.1.
- 15.8 Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito preliminar divulgado, não sendo aceitos recursos coletivos.

- 15.9 Na hipótese de alteração do gabarito preliminar, por força de provimento de algum recurso, as provas objetivas serão recorridas de acordo com o novo gabarito.
- 15.10 Se da análise do recurso resultar anulação de questão(ões) ou alteração do gabarito preliminar, os pontos referentes à(s) mesma(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
- 15.11 Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, alterar-se a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá acarretar a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para a aprovação.
- 15.12 Recurso interposto em desacordo com este Edital, não será considerado.
- 15.13 Recurso interposto fora do prazo estabelecido neste Edital, não será analisado.
- 15.14 O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.
- 15.15 Os recursos serão recebidos sem efeito suspensivo, exceto no caso de ocasionar prejuízos irreparáveis ao candidato.
- 15.16 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo, contra resultado final definitivo nas demais fases.
- 15.17 Não serão aceitos recursos via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.
- 15.18 Os recursos serão analisados e somente serão divulgadas as respostas dos recursos **DEFERIDOS** no endereço eletrônico www.fafipa.org/concurso. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.
- 15.19 A Banca Examinadora da Fundação de Apoio à FAFIPA, empresa responsável pela organização do certame, constitui última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão porque não caberão recursos ou revisões adicionais.
- 17.1.1 ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, na data da nomeação;
- 17.1.2 cópia autenticada da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
- 17.1.3 prova de quitação com a Justiça Eleitoral;
- 17.1.4 prova de quitação com serviço militar, para o candidato do sexo masculino;
- 17.1.5 cópia autenticada do documento de Identificação;
- 17.1.6 cópia autenticada do Cartão do CPF;
- 17.1.7 cópia autenticada do Certificado de Conclusão do Curso exigido pelo Edital;
- 17.1.8 declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade de demissão;
- 17.1.9 declaração de que não exerce Cargo, Emprego ou Função Pública remunerada em qualquer dos Órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Governo Federal, Estadual ou Municipal, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, suas subsidiárias e sociedade controladas, direta ou indiretamente pelo poder público, ou em qualquer um dos Poderes, senão naqueles casos previstos nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso XVI, do artigo 37 da Constituição Federal;
- 17.1.10 certidão negativa de Antecedentes Criminais emitida até 30 (trinta) dias antes do ato de convocação;
- 17.1.11 apresentar declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e de compatibilidade de horário para o exercício de mais um cargo, quando acumulável;
- 17.1.12 não perceber proventos de aposentadoria, por conta do regime geral de previdência ou de qualquer outro regime próprio de previdência em âmbito federal, estadual ou municipal, decorrentes de cargos, emprego ou função pública, conforme artigo 40 da Constituição Federal e de serviço militar, conforme artigos 42 e 142 da Constituição Federal;
- 17.1.13 cópia autenticada do Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade;
- 17.1.14 02 (duas) fotografias 3X4, recentes;
- 17.1.15 cópia autenticada da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 18 (dezoito) anos;
- 17.1.16 declaração de Idoneidade Moral;
- 17.1.17 comprovante de residência;
- 17.1.18 nº. do PIS/PASEP;
- 17.1.19 os documentos exigidos como requisito do cargo e outros listados no momento do ato convocatório;
- 17.1.20 demonstrativo ou declaração de bens e rendas;
- 17.1.21 número de conta corrente do Banco do Brasil.

16. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

- 16.1 O resultado final do Concurso Público, após decididos todos os recursos interpostos, será homologado pelo Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu e publicado no Diário Oficial do Município e nos endereços eletrônicos www.fafipa.org/concurso e www.camarafoz.pr.gov.br, em duas listas, por Cargo, em ordem classificatória, com pontuação: uma lista contendo a classificação de todos os candidatos, inclusive a de candidatos portadores de deficiências e outra somente com a classificação dos candidatos portadores de deficiências.

17. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

- 17.1 O candidato aprovado deverá entregar, quando convocado para o início dos procedimentos preparatórios dos atos de investidura no respectivo cargo, os seguintes documentos:
- 17.3 O prazo máximo para apresentação dos documentos relacionados no subitem 17.1 será de 10 (dez) dias úteis após o comparecimento do candidato perante ao órgão de administração de pessoal, devendo estes serem entregues na Divisão de Recursos Humanos. Em caso de não comparecimento no citado prazo, o convocado será considerado como desistente da vaga.
- 17.4 O prazo para entrega da referida documentação é peremptório, o não comparecimento para entrega

da documentação acarretará a desclassificação do candidato do certame. Para tanto os candidatos deverão comunicar a Câmara Municipal de Foz do Iguaçu qualquer alteração de endereço.

18. DA APRESENTAÇÃO DOS EXAMES

- 18.1 Os candidatos que tiverem sua documentação aprovada serão convocados, através de publicação no Diário Oficial do Município, no endereço eletrônico www.camarafoz.pr.gov.br e correspondência com Aviso e Recebimento e deverão apresentar laudo de perícia médica realizado por profissional ou entidade indicado pela Câmara Municipal de Foz do Iguaçu com indicação de aptidão.
- 18.2 O prazo para entrega do referido exame é peremptório, o não comparecimento para entrega do mesmo acarretará a desclassificação do candidato do certame.
- 18.3 Após a publicação da lista de classificação, o candidato aprovado como portador de deficiência será convocado, de acordo com o número de vagas previsto no Concurso Público, para comprovação da deficiência apontada no ato da inscrição e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo/área de atuação e/ou especialidade e de que está em condições de exercê-lo.
- 18.4 Será eliminado da lista de deficientes, o candidato cuja deficiência assinalada no Formulário de Solicitação de Inscrição não for constatada no Laudo de perícia médica, devendo o mesmo constar apenas da lista de classificação geral final.
- 18.5 A nomeação dos aprovados será condicionada à sua apresentação, no prazo estipulado pelo Edital de convocação a ser divulgado pela Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, munidos dos documentos relacionados e da aptidão no exame, conforme itens anteriores, bem como de outros exigidos em Lei, enumerados por ocasião da convocação.

19. DA NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

- 19.1 A nomeação para o cargo obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos aprovados. Os candidatos aprovados serão convocados mediante edital publicado no Diário Oficial do Município e no endereço eletrônico www.camarafoz.pr.gov.br. Na nomeação haverá solicitação do comparecimento do referido candidato no órgão de administração de pessoal do Poder, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da publicação na imprensa, decorridos os quais e não havendo o registro do comparecimento, considerar-se-á o candidato como desistente.
- 19.1.1 o órgão promotor do Concurso Público e a empresa executora não se responsabilizam por contatos não estabelecidos em decorrências de mudanças de endereço e telefone dos candidatos. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seu telefone e endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.
- 19.1.2 O candidato nomeado terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de nomeação para tomar posse no cargo. A posse

em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial. O servidor impedido temporariamente de tomar posse por motivo de saúde, retornará a junta médica no prazo estabelecido, até o limite de 60 (sessenta) dias contados da nomeação. Não ocorrendo a apresentação o candidato será considerado desistente e perderá automaticamente a vaga

- 19.2 Após tomar posse no cargo, o candidato terá o prazo máximo e improrrogável de 3 (três) dias úteis para entrar em exercício, contado a partir da data da posse, no caso de nomeação da data de publicação do ato, nos demais casos de provimento
- 19.3 Ficam advertidos os candidatos de que, no caso de convocação para assumirem a vaga, só lhes será deferida no caso de exibirem a documentação original comprobatória das condições previstas no item 17 deste Edital.
- 19.3.1 a não apresentação dos documentos acima, por ocasião da nomeação, implicará a impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso Público.
- 19.4 Os candidatos portadores de deficiências, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma Junta Médica Oficial indicada pela Câmara Municipal de Foz do Iguaçu para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.
- 19.5 Caso a Perícia Médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à nomeação e deixará a sua vaga disponível para o próximo candidato, na ordem de classificação.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Comunicado ou Aviso Oficial, oportunamente divulgado pela Câmara Municipal de Foz do Iguaçu nos endereços eletrônicos www.fafipa.org/concurso e www.camarafoz.pr.gov.br
- 20.2 A eliminação do candidato habilitado, nomeado ou não, bem como sua desistência, por escrito, importará na convocação daquele que o suceder na ordem de classificação, durante o período de validade do Concurso Público.
- 20.3 Os candidatos nomeados serão regidos pelo regime estatutário.
- 20.4 O servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo em virtude de Concurso Público adquire estabilidade após 03 (três) anos de efetivo exercício. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão, capacidade e desempenho serão objetos de avaliação por comissão especial designada para esse fim, com vista à aquisição da estabilidade.
- 20.5 Para os candidatos nomeados e empossados não será possível a cessão para outros órgão públicos enquanto não adquirida a estabilidade, o que se dará após 03 (três) anos de efetivo exercício do car-

- go de provimento efetivo para o qual foi aprovado no Concurso Público, nos termos do Art. 41 da Constituição Federal.
- 20.6 Os documentos emitidos no exterior deverão estar acompanhados de tradução pública juramentada.
- 20.7 Ao efetuar a sua inscrição, o candidato assume o compromisso tácito de aceitar as condições estabelecidas neste Edital e na Legislação pertinente.
- 20.8 Qualquer inexatidão e/ou irregularidade constatada nas informações e documentos do candidato, mesmo que já tenha sido divulgado o resultado deste Concurso Público e embora tenha obtido aprovação, levará a sua eliminação, sem direito a recurso, sendo considerados nulos todos os atos decorrentes da sua inscrição.
- 20.9 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Concurso Público, valendo, para esse fim, a homologação publicada no Diário Oficial do Município.
- 20.10 A inobservância, por parte do candidato, de qualquer prazo estabelecido em convocações será considerada, em caráter irrecurável, como desistência.
- 20.11 A Fundação de Apoio a FAFIPA não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos e apostilas referentes a este Concurso Público.
- 20.12 O candidato que necessitar atualizar dados pessoais e/ou endereço residencial poderá requerer através de solicitação assinada pelo próprio candidato, via FAX (44) 3344-4217, anexando documentos que comprovem tal alteração, com expressa referência ao Concurso Público, Cargo e número de Inscrição.
- 20.13 Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização da prova objetiva e demais eventos. O candidato deverá observar, rigorosamente, as formas de divulgação estabelecidas neste Edital.
- 20.14 Os casos omissos serão resolvidos pela Câmara Municipal de Foz do Iguaçu/PR, ouvida a Fundação de Apoio a FAFIPA.
- 20.15 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação

Foz do Iguaçu-PR, 25 de janeiro de 2012.

Samantha Ziemann de Souza Lima
Presidente da Comissão Especial do Concurso Público
Portaria da Presidência 246/2011